

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MULHERES: UM DIÁLOGO DECOLONIAL  
NECESSÁRIO E POSSÍVEL****ENVIRONMENTAL EDUCATION AND WOMAN: A NECESSARY AND  
POSSIBLE DECOLONIAL DIALOGUE****EDUCACIÓN AMBIENTAL Y MUJER: UM DIÁLOGO DECOLONIAL  
NECESARIO Y POSIBLE****Lucimara Nascimento da Silva<sup>1</sup>****Nara Vilas Boas Marques Bueno e Lopes<sup>2</sup>****Suzete Rosana de Castro Wiziack<sup>3</sup>**

**Resumo:** A crise ambiental que se configura no cenário atual nos alerta sobre diversos problemas socioambientais que atingem de forma intensa vários grupos da sociedade prejudicados direta ou indiretamente com a degradação do meio ambiente. Neste trabalho buscamos problematizar narrativas construídas ao longo do tempo, em torno da mulher e da sua relação com o ambiente, mais especificamente, com uma educação ambiental que considera a especificidade desse grupo e seu papel histórico. Nessa perspectiva, apresentamos algumas reflexões gerais sobre os temas e o diálogo entre autores e autoras que abordam as temáticas mulher, decolonialidade e educação ambiental, visando reflexões presentes nesta tríade que consideramos fundamental para o alcance de uma sociedade sustentável, justa e igualitária. O caminho percorrido no artigo inicia-se com as discussões acerca da educação ambiental e possíveis abordagens com os outros temas proposto, em seguida, são apresentadas reflexões sobre a história das mulheres, entendendo que as mesmas tem um papel importante na ponderação de ações e caminhos para diferentes grupos sociais que visam uma sociedade sustentável. Por fim, a abordagem gira em torno da decolonialidade a partir das matrinnarrativas. E para finalizar as reflexões, ponderamos como os três temas podem contribuir para a sustentabilidade socioambiental de premissa inclusiva.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade; Ambiente; Decolonialidade; Feminismos.

---

<sup>1</sup> Mestra em Desenvolvimento Local. Professora da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. Campo Grande/MS. Email: [prof.lucimaranascimento@gmail.com](mailto:prof.lucimaranascimento@gmail.com). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/7555831409634312>. Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0003-2352-5355>

<sup>2</sup> Mestra em Direitos Humanos. Advogada eleitoralista. Goiânia/GO. Email: [narabuenoelopes@gmail.com](mailto:narabuenoelopes@gmail.com). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/8386103795358043>. Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-4292-0687>.

<sup>3</sup> Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Email: [suzete.wiziack@ufms.br](mailto:suzete.wiziack@ufms.br). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/9661553680785951>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-2269-603X>.

**Abstract:** The environmental crisis that takes shape in the current scenario alerts us to various groups in society that are harmed directly or indirectly by the degradation of the environment. Every living being can feel the destruction of the environment, however, the purpose of this work is aimed at a specific group: women. Thus, it is important to problematize the narratives built over time, around women and environmental education, supported by the decolonial concept. From this perspective, we seek to present some reflections on the themes and dialogue between authors who address women, decoloniality and their relationships in the field of environmental education, aiming at a sustainable, fair and egalitarian society. In this sense, the path taken in this article begins with discussions about environmental education and possible approaches to the other proposed themes, then reflections on the history of women were brought, understanding that environmental education has an important role to ponder actions that permeate different social groups and, with that, allowing the proposition of ways for a sustainable society. Finally, the approach revolves around decoloniality based on matrinnarratives. And to finalize the reflections of the article, the combination of the three themes, since environmental education for sustainability has the premise of being inclusive.

**Keywords:** Sustainability; Environment; Decoloniality; Feminisms.

**Resumen:** La crisis ambiental que se perfila en el escenario actual nos alerta sobre diversos grupos de la sociedad que se ven perjudicados directa o indirectamente por la degradación del medio ambiente. Todo ser vivo puede sentir la destrucción del medio ambiente, sin embargo, el propósito de este trabajo está dirigido a un grupo específico: las mujeres. Así, es importante problematizar las narrativas construidas a lo largo del tiempo, en torno a la mujer y la educación ambiental, sustentadas en el concepto decolonial. Desde esta perspectiva, buscamos presentar algunas reflexiones sobre los temas y diálogos entre autoras que abordan la mujer, la decolonialidad y sus relaciones en el campo de la educación ambiental, visando una sociedad sustentable, justa e igualitaria. En ese sentido, el camino recorrido en este artículo comienza con discusiones sobre la educación ambiental y posibles abordajes de los demás temas propuestos, luego fueron traídas reflexiones sobre la historia de las mujeres, entendiendo que la educación ambiental tiene un papel importante para ponderar acciones que permean diferentes grupos y, con ello, permitir la proposición de caminos para una sociedad sostenible. Finalmente, el enfoque gira en torno a la decolonialidad a partir de los relatos matrimoniales. Y para finalizar las reflexiones del artículo, la combinación de los tres temas, ya que la educación ambiental para la sustentabilidad tiene como premisa ser inclusiva.

**Palabras clave:** Sostenibilidad; Ambiente; Decolonialidad; Feminismos.

## Introdução

A crise ambiental que se configura no cenário atual nos alerta para pensar como diversos grupos da sociedade que são prejudicados, direta ou indiretamente, pela degradação do meio ambiente. Considerando isto, a proposta deste trabalho é a de tratarmos especialmente da percepção da destruição do meio ambiente por um grupo demográfico específico: as mulheres.

Desse modo, problematizar as narrativas construídas ao longo do tempo, em torno da mulher e educação ambiental, amparado no conceito decolonial faz-se relevante. Nessa perspectiva, torna-se importante enfatizar que a problemática socioambiental está relacionada com a construção histórica de toda e qualquer diferença, seja ela cultural, de raça, gênero, classe, entre outros. Dessa forma, o destaque, neste trabalho, é em torno das mulheres e sua construção do campo da educação ambiental, a partir do colonialismo histórico.

Buscamos apresentar algumas reflexões dos temas e o diálogo entre autores e autoras que abordam sobre mulheres, decolonialidade e suas relações no campo da educação ambiental, visando uma sociedade sustentável, justa e igualitária. O caminho que escolhemos percorrer nesse artigo inicia-se com as discussões acerca da educação ambiental e possíveis abordagens com os outros temas propostos, em seguida, pretendemos levantar reflexões sobre a história das mulheres, entende-se que a educação ambiental tem um papel importante para ponderar ações que permeiam diferentes grupos sociais, permitindo com isso propostas pertinentes para uma sociedade justa e sustentável, em terceiro a abordagem gira em torno da decolonialidade. E para finalizar, na junção dos três temas, apontamos que a educação ambiental para a sustentabilidade tem como premissa ser inclusiva.

### **Educação Ambiental e as questões sociais**

É inegável que a diversidade do mundo envolve tanto o aspecto cultural e político, como o biológico. Essa diversidade não pode ser pretexto para uma atuação discriminatória e excludente, em qualquer um desses aspectos. No contexto social, a proteção à diversidade e à inclusão tem se revelado uma importante aliada da educação ambiental para refutar transformações da sociedade que aumentam a degradação ambiental. Leff (2011) enfatiza que, “o ambiente surge no discurso político e científico de nosso tempo como um conceito que ressignifica nossa concepção do mundo, do desenvolvimento, da relação da sociedade com a natureza”. Nesse sentido, a educação ambiental não é apenas naturalista, pois na contemporaneidade esse campo de estudo passou a integrar as vozes dos marginalizados da história.

A educação ambiental (EA) possui um caráter interdisciplinar para realizar a leitura do ambiente e alcançar grupos que precisam descortinar as amarras construídas

ao longo do colonialismo histórico. Por este motivo, a EA se torna um campo complexo, um saber com vários olhares e modos diversificados de pensar o mundo.

Afirma Leff, (2011) que o saber sobre o ambiente surge de sua marginalidade produzindo um novo saber, o ambiental, pelo qual se pode falar verdades silenciadas, ou os saberes subjugados, as vozes caladas e o real submetidos ao poder da objetivação cientificista do mundo. Não por acaso, os conhecimentos ancestrais de mulheres estão umbilicalmente ligados à terra, à cura, à política e à comunidade. Tais conhecimentos foram silenciados ao longo dos séculos e, até mesmo, criminalizados, como exemplifica Silvia Federici (2017) com a queima sistemática de “bruxas” na Idade Média.

Na atualidade, vivemos em constante alerta sobre as mudanças do comportamento humano que refletem diretamente em inúmeros problemas socioambientais como o das mudanças climáticas que surgem como desafios para a sociedades e nos fazem questionar nossas ações em coletivo. A partir disso, agimos, pensamos e fazemos arranjos para adequar nossa convivência, o que resulta em reflexões no campo da educação que queremos.

No que tange à educação brasileira, desde a promulgação da Constituição da República de 1988<sup>4</sup>, há previsão expressa de que o gozo do meio ambiente equilibrado é essencial à qualidade de vida, sendo dever tanto do Poder Público, quanto da coletividade, defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. No inciso VI do artigo 225, a Constituição brasileira prevê que a educação ambiental deve ser promovida “em todos os níveis de ensino”.

A preocupação da legislação constituinte foi de preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, contudo, há apenas duas menções diretas a “meio ambiente” no Plano Nacional de Educação (PCN - Lei nº 10.172/2001<sup>5</sup>), tendo sido inserido o tema nas diretrizes curriculares como tema transversal, não sendo individualizada disciplina específica para seu ensino. Com isso, a inserção do tema ainda

---

<sup>4</sup>Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

VI - Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

<sup>5</sup> 12. Incluir nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se refere à abordagem tais como: gênero, educação sexual, ética (justiça, diálogo, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais.

é insuficiente e descontextualizada no ambiente escolar, sendo inseridos de forma isolada e sem reflexões profundas com relação às questões ambientais.

Nessa conjuntura, mostra-se fundamental analisar o colonialismo histórico presente nas formas de desenvolvimento presentes na América Latina, inclusive nas propostas para a esfera educacional, pois ao voltarmos à história observamos que a Europa devastou e destruiu o seu meio ambiente e em seguida reproduziu o mesmo modelo de exploração para a América Latina, causando grandes danos que refletem na contemporaneidade. Tristão pontua que:

(...) narrativa da Educação Ambiental, com frequência, atravessada por essas premissas previamente aceitas, vem legitimar uma racionalidade colonizada que controla, constrói e destrói o meio ambiente. Essa cultura epidemiológica de sistemas universalistas parece estar num beco sem saída (2005, p.256).

Nesse sentido, a colonização que se instalou com uma narrativa globalizante e que coloca a natureza em disputa de poderes, é algo que deve ser analisado com o devido cuidado, sendo necessário pensar de forma crítica o contexto local e regional e as posições participativas nos processos educativos.

Loureiro (2004) conceitua que “[...] estabelecer processos educativos que favoreçam a realização do movimento de constante construção do nosso ser na dinâmica da vida como um todo e de modo emancipado”. A construção participativa no processo de educação é essencial para que a tomada de consciência ambiental passe a ser realidade e passe a ser elemento constitutivo ao longo da vida acadêmica dos estudantes brasileiros.

A identidade da EA brasileira aponta a impossibilidade de dissociá-la das esferas de vida dos excluídos, uma vez que são os sujeitos, nos seus espaços sociais, culturais e políticos, que fazendo com que ela seja discutida e reivindicada como ação política.

Para Paulo Freire (1969), é por meio da práxis que se fortalece os laços e, se a EA está em todas as partes da sociedade, principalmente entre os movimentos sociais, é assim que poderemos transformar pensamentos e efetivar ações voltadas para as questões ambientais e sociais. Portanto, a abordagem da EA deve problematizar de forma a incluir as diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais que existem na realidade brasileira para ser uma educação transformadora e comprometida com as mudanças.

### **Breve contexto histórico das mulheres**

O conceito de gênero procura se contrapor à ideia de uma essência (masculina ou feminina) natural, universal e imutável, salientando os processos de construção ou formação histórica, política, social e linguisticamente determinada. Segundo Jane Felipe e Bianca Salazar Guizzo, a constituição de cada pessoa deve ser:

Pensada como um processo que se desenvolve ao longo de toda a vida em diferentes espaços e tempos. Desta forma, o conceito de gênero trouxe-nos a possibilidade de colocar em discussão as relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres, proporcionando-os como desiguais em suas possíveis e múltiplas diferenças. (FELIPE; GUIZZO, 2004, p.33).

Ana Maria Colling (2014, p. 22) explica como desconstruir as ideias fixadas na sociedade da seguinte maneira: "[...] O modo mais eficiente para desconstruir algo que parece evidente, sempre dado, imutável, é demonstrar como esse se reproduziu, e como foi construído". Nesse sentido, refletir sobre a condição feminina e mais especificamente no contexto da Educação Ambiental não é tarefa fácil, visto que a história das mulheres é perpassada em uma variedade de acontecimentos importantes em que as mulheres se fizeram e continuam a se fazer presentes, porém, na invisibilidade.

Apesar de maioria demográfica, as mulheres passaram a operar dentro dessa invisibilidade e do silenciamento, violências naturalizadas que se tornaram o padrão de existência das mulheres na sociedade contemporânea. Essa naturalização fez com que uma artificialidade fosse criada: a do sujeito universal que era — e ainda é — branco, masculino e ocidental (CECÍLIA SARDENBERG, 2001).

A teoria crítica feminista permite justamente uma análise a partir do viés das mulheres, questionando, refletindo, duvidando, revisitando esses marcos epistemológicos criados para e pelo sujeito universal (FLÁVIA BIROLI, LUIS FELIPE MIGUEL, 2013). Losandro Tedeschi (2012) sintetiza: "não interessa nessa perspectiva uma unidade sobre a condição da mulher. Interessa é ver a mulher na história integrada ao processo histórico".

Incluir a história das mulheres nas pesquisas no campo da educação ambiental consiste em colocá-las como sujeitas do próprio processo histórico, por mais que a historiografia oficial as tenha deixado ausentes. Na atualidade existe uma quantidade expressiva de estudos que comprovam a participação das mulheres em vários acontecimentos importantes que marcaram a história da humanidade, Tedeschi continua:

É preciso convencer que a marginalização da mulher nos estudos históricos não implica que as mulheres tenham sido excluídas do mesmo processo. Por questões de ética e de rigor histórico, é errôneo abordarmos a história dentro de uma perspectiva parcial, fragmentada, ignorando a experiência coletiva de mais da metade da humanidade (TEDESCHI, 2012, p. 106).

Partindo desta perspectiva, abordar e estudar os conceitos de colonialismo, raça, modernidade, colonialidade, gênero e decolonialidade, podem contribuir para perceber a dominação que se materializa no processo histórico, do saber e do ser. A narrativa de uma história única é algo que historicamente perpassa séculos. Nesse particular, Chimamanda Ngozi Adichie alerta para o perigo da história — de qualquer história e estória — ser contada sob um único prisma: a unicidade é contrária da pluralidade e, só é possível existir pluralidade com muitas histórias, com muitas vidas. A unicidade é também diametralmente oposta à diversidade. Por isso, para que histórias de mulheres sejam contadas, dentro da diversidade e da pluralidade de milhões de mulheres, as contações de histórias de mulheres também devem atender a essa multiplicidade.

Em um aspecto contrário, pensar em uma história unívoca é reduzir diferentes mulheres a poucos e limitados papéis: como se todas as mulheres pudessem ser restringidas a ou submissas, ou revolucionárias. Por isso, é necessária a pluralidade e a diversidade na percepção de mulheres: a complexidade do coletivo de mulheres não comporta uma conformação unívoca, fruto de uma única via de existência construída a partir das violências coloniais patriarcais.

Desse modo, Miguel Arroyo afirma pontuando que “Essas tensões vêm de longe na história da colonização/subordinação dos povos indígenas, negros, mestiços, camponeses. Uma história de tentar impor processos ‘educativos’ destruindo os seus processos históricos”. (2014, p.20). Portanto, é possível uma transformação, fundamentada em uma pedagogia decolonial? Luiz Fernandes de Oliveira e Vera Maria Ferrão Candau explicitam sobre essa transformação da seguinte maneira:

A perspectiva da diferença colonial requer um olhar sobre enfoques epistemológicos e sobre as subjetividades subalternizadas e excluídas. Supõe interesse por produções de conhecimento distintas da modernidade ocidental. Diferentemente da pós-modernidade, que continua pensando tendo como referência o ocidente moderno, a construção de um pensamento crítico “outro”, parte das experiências e histórias marcadas pela colonialidade. O eixo que se busca é a conexão de formas críticas de pensamento produzidas a partir da América Latina, assim como com autores de outros lugares do mundo, na

perspectiva da decolonialidade da existência, do conhecimento e do poder (DE OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p.24).

Nessa conjuntura, entendemos que a invisibilidade da mulher não é um problema que surgiu há pouco tempo na história do mundo, e sim que é um fenômeno estrutural, construído durante séculos. Desta forma, é urgente incluímos as mulheres nas discussões que tangem à educação ambiental e nas tomadas de decisões que envolvem políticas públicas. Segundo Lízia de Oliveira Carvalho (2018), essa invisibilidade naturalizada foi sedimentada pelas reformas liberais do século XIX, que proporcionaram uma ancoragem calcada na hegemonia patriarcal e colonial, resultante de processos multiformes que convergiram tecnologias políticas, militares e culturais. Essas tecnologias mobilizadas convergiram para a criação de um imaginário patriarcal, calcadas em novas leis e códigos de comportamento que alijavam mulheres. Para a autora, esse processo acaba por fundar a noção de “direitos humanos” sustentada em práticas de subjugação de mulheres que “acabam negando a própria noção dos direitos humanos, em sua aplicabilidade ao sexo feminino” (2018, p.39).

Françoise Vergès (2020) entende a colonialidade como a imposição contínua de práticas e ideias que são tomadas como desejáveis, de umas pessoas sobre outras, criando uma artificialidade de aspirações coletivas. Tânia Rezende (2021) desenvolveu sua teoria das matrinnarrativas no sentido de contrariar a colonialidade, sobretudo sobre o aspecto das mulheres. Assim, as matrinnarrativas consiste na narrativa existente a partir da tradição ancestral de memórias das mulheres. Para a autora, essas memórias originadas em vivências desafiam os arranjos coloniais de conhecimento e existência (do ser e do saber) e consiste em ferramenta para inutilizar as imposições epistêmicas do norte global ao sul global, combatendo essas imposições também sob o viés de gênero. Daí que a matrinnarratividade é uma ferramenta de contrafluxo à colonialidade.

### **Decolonialidade para liberdade**

Os pressupostos que embasam nossa pesquisa giram em torno da colonialidade enraizada na educação brasileira, historicamente construída a partir de uma ideia de que a Europa, em seu projeto de expansão, classificou as populações, em especial os povos da América Latina, como sendo povos atrasados, inferiores aos preceitos adotados por eles, europeus. Segundo Walter Mignolo:

A colonialidade é um conceito que foi introduzido pelo sociólogo Anibal Quijano, no final dos anos de 1990. O conceito como empregado aqui, e pelo coletivo modernidade/colonialidade, não pretende ser um conceito totalitário, mas um conceito que especifica um projeto particular: o da ideia da modernidade e do seu lado constitutivo e mais escuro, a colonialidade que surgiu com a história das invasões europeias. (MIGNOLO, 2017, p.02)

A historiografia brasileira mostra que a invasão ao continente da América Latina, mais especificamente o Brasil que se configura em “a descoberta do Brasil” foi um verdadeiro massacre aos recursos naturais. Aqui a colonização foi exploratória, dizimando culturas e povos tradicionais que já pertenciam a esse local. As culturas foram reduzidas à inferioridade, pois o projeto de modernidade apenas teria sucesso se outras — as culturas e povos locais — fossem destruídas, e assim aconteceu a colonização que até os dias de hoje temos resquícios enraizados na sociedade.

O colonizador explora e retira dos colonizados toda a liberdade de ser, as novas identidades foram impostas para se sobrepor o outro, conforme definido por Quijano:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação imposta pela conquista. [...] e com ela a elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeu e não europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados (QUIJANO, 2005, p. 107).

Nessa perspectiva pensar de forma crítica por meio da EA e explicitar historicamente as raízes culturais e ambientais, por meio desse pensamento podemos alcançar outros modos de vida, que contemplem todos os sujeitos em uma concepção decolonial.

Nesse contexto de subversão à colonialidade, os intelectuais Luciana de Oliveira Dias, Cristiane Santos Souza e Carlos Eduardo Henning (2020) afirmam a necessidade de uma modificação no imaginário comunitário universal (que impõe a hegemonia do homem, branco, ocidental), sintetizada na figura dos “pais fundadores”.

Para os autores, esses pais fundadores têm utilizado, em diferentes níveis, ferramentas da necropolítica para exterminar seus inimigos e impor seu modo de vida sob as demais comunidades. Para combater essa epistemologia de destruição e imposição colonial, os autores propõem a adoção das mulheres-raízes, que consiste em uma

epistemologia de mulheres que retroalimentam uma comunidade calcada na vida coletiva, bem como na valorização do papel das mulheres nas vivências e nas memórias.

O enraizamento das mulheres permite não só a valorização de uma cultura de paz, inclusão e diversidade, mas também a retomada da memória enquanto um pensar decolonial, que permite a multiplicidade de caminhos e existências. Permitindo, também, uma modificação no eixo de percepção de produção de saberes, como o saber ambiental, a partir do sul global e a partir das mulheres como produtoras de conhecimento.

### **Diálogos emergentes entre a educação ambiental, decolonialidade e mulher**

Reconhecer que existe uma crise ambiental, que vem de um processo histórico é um grande passo para as transformações almejadas, abordar sobre educação ambiental não é suficiente para resolver as mazelas ambientais. O problema vai além: é preciso uma aproximação crítica do ser humano e do conceito de ambiente, sendo necessária uma reflexão coletiva acerca do *estar* neste mundo e do pertencimento a ele, e não de o possuir.

Enrique Leff destaca que:

A perspectiva ambiental do desenvolvimento oferece um enfoque global e integrador sobre a realidade social; é um olhar inquisidor que se lança a partir de um futuro possível sobre o processo histórico passado para abrir canais à reconstrução da realidade social. O Ambientalismo é um movimento pela diversificação das condições de existência e dos projetos de vida dos povos, que se projeta da heterogênesse do mundo para uma diversidade de tipos de desenvolvimento (LEFF, 2011, p. 101).

Ao buscar delinear diálogos possíveis entre EA, decolonialidade e mulher, em uma abordagem que demonstre práticas sociais, torna-se fundamental articular as lutas das mulheres com as lutas ambientais, principalmente os anseios das mulheres nas discussões sobre um mundo melhor que incorpore a sustentabilidade socioambiental.

Vale ressaltar que os e as mais vulneráveis são mais acometidos diante dos problemas ambientais, sendo que estes são indissociáveis as questões ambientais. Não obstante, os temas emergentes e atuais do campo da EA estão atrelados as questões que também são sociais, como relação de poder, racismo ambiental, machismo, mudanças climáticas, saúde, políticas públicas, justiça ambiental dentre outros.

Torreão (2007) explicita que ao adotar a igualdade de gênero como análise nas políticas públicas voltadas para essa discussão, demonstra-se a relevância que se deve

atribuir às questões reivindicadas pelas mulheres, enquanto um fator estratégico para o alcance das questões ambientais e da sustentabilidade.

É inegável que existam alguns esforços por meio de grupos sociais para a inserção das mulheres nessas discussões, mas ainda são insuficientes, uma vez que o principal desafio é fazer chegar o conhecimento para determinados grupos que se encontram marginalizados na sociedade, sendo a mulher o grupo demográfico mais numeroso, mas alijado da inserção da produção e reprodução dos conhecimentos científicos.

A Organização das Nações Unidas-Mujeres (2019) tem como objetivo até 2030 alcançar a igualdade de gênero Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): ODS 5 alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O enunciado da igualdade conjectura romper com o patriarcado colonizador, que, continua colonizando modos de ser, de pensar, de agir, na mesma medida que coloniza a natureza. Compreender a pluralidade e a diversidade do mundo real, e das pessoas que fazem parte desse universo, em outras palavras, é tentar reduzir as interferências que diminuem e colocam as mulheres em um lugar subalternizado, confinado ao mundo privado/doméstico, reproduzindo um mundo eurocentrado que alimenta uma hierarquia patriarcal e que mantém as mulheres fora das decisões políticas que envolvem o seu próprio bem estar.

Enrique Leff (2011) esclarece que nos anos recentes, novos atores sociais vêm ocupando a cena política. Dos conflitos que nascem da racionalidade social dominante emergem movimentos sociais caracterizados por suas novas demandas. Inserir as mulheres em espaços públicos é como renunciar à sociedade patriarcal, consistindo no cerne de um ato político, como diz Leff, incorporar com suporte na igualdade, é reconhecer as diferenças, a participação feminina nas política públicas e tomadas de decisões rompe com as relações de poder eurocêntricas, pautadas na ideologia decolonial de mulheres.

Não por acaso, María Lugones (2014) destaca que descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis que deve ser enfatizada a todo momento. O enraizamento de mulheres consiste numa prática que modifica o que tem sido estabelecido ao longo dos séculos e esse caminho a percorrer por meio decolonial justifica o respeito pela pluralidade.

Além disso, o olhar feminista é essencial no interior da esfera ambiental, com vistas a fornecer um olhar crítico diante das origens sociais dos problemas ambientais que

afetam, de forma não homogênea, os diferentes grupos e comunidades humanas, particularmente as mulheres (LAMIM-GUEDES; INOCÊNCIO, 2018).

### Considerações finais

As reflexões presentes nesse trabalho buscaram contribuir para uma Educação Ambiental Decolonial, apresentando algumas possibilidades de abordagens que contemplem o estudo do gênero. A tentativa de uma solução aos problemas relacionados ao socioambiental precisa envolver todos os grupos sociais, já que a prerrogativa da EA é a de ser uma educação para a cidadania. Considerando que a participação ativa das mulheres nos espaços de decisão é a de exercer e contribuir com a cidadania, seria impossível pensar em um ambiente democrático, de exercício pleno de cidadania e ambientalmente respeitoso, sem incluir mulheres.

Sendo assim, a busca por uma transformação das situações geradas pelos problemas ambientais, não diz respeito apenas ao meio físico e biológico, mas se relaciona, sobretudo, com as relações humanas em todas as suas dimensões. Essa busca também tem conexão com o modo de fazer ciência e as formas de implementação da educação ambiental.

Esse trabalho, portanto, ao realizar alguns questionamentos e reflexões busca aproximações entre o debate decolonial, o saber ambiental e a questão de gênero como essenciais à epistemologia da EA.

### Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozie. **O Perigo de uma História Única**. Disponível em: [https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_ngozi\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story?language=pt-br#t-2688](https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br#t-2688). Acessada em 25 de maio de 2023.

ARROYO, Miguel G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.  
BIROLI, Flávia, Luis Felipe MIGUEL (organizadores). **Teoria política feminista: textos centrais**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes discursos iguais: a construção do corpo feminino na história/** Dourados, MS: UFGD, 2014.

DE OLIVEIRA CARVALHO, Lízia. **Sentidos de Florescer: feminismos e decolonialidade na comunicação de mulheres Aymara**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade

Federal de Goiás — PPGIDH/UFG, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Direitos Humanos. 2018.

DIAS, Luciana de Oliveira, SOUZA, Cristiane Santos e HENNING, Carlos Eduardo. Orí e cabaça são femininas: mulheres-raízes e suas insurgências na intelectualidade brasileira. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n°. 25, 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Ed. Paz e Terra. 44ª Edição. 1969.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. Entre batons, esmaltes e fantasias. In. LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

LAMIM-GUEDES, Valdir.; INOCÊNCIO, Adalberto Fernando. Mulheres e Sustentabilidade: uma aproximação entre movimento feminista e a educação ambiental. **Educação Ambiental em Ação**. Volume XII, Número 45, 2018. Disponível em: <http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1559>. Acessado em: 27 de maio de 2023.

LOUREIRO, C.B.F. O que significa transformar em Educação Ambiental. In: Zakrzewski, S.B.; Barcelos, V. (Orgs.) **Educação Ambiental e compromisso social**. Erechim: EdiFapes. 2004.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder/Enrique Leff: tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 8.ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista de estudos feministas**, v. 22, n. 3, p. 929-934, 2014.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais** - Vol, 32 nº 94. Tradução de Marco Oliveira, 2017.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26,n. 1, p. 15-40, abr. 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS MUJERES- ONU MUJERES. **Famílias em um mundo cambiante**: El progreso de las mujeres en el mundo 2019-2020. Nova Iorque: ONU MUJERES, 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais.

Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, setembro de 2005. p.107-126.

REZENDE, Tânia. NARRATIVAS DO CERRADO: AS VOZES DAS MATAS PARA UMA EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA ANTIRRACISTA. **Lingu@ Nostr@** - Revista Virtual de Estudos de Gramática e Linguística. ISSN 2317-2320. Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 38. Disponível em: [https://www.ted.com/talks/chimamanda\\_ngozi\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story?language=pt-br#t-2688](https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br#t-2688). Acessada em 25 de maio de 2023.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacilar. DA CRÍTICA FEMINISTA À CIÊNCIA A UMA CIÊNCIA FEMINISTA? Intervenção feita à Mesa “Crítica Epistemológica Feminista” no **X Encontro da REDOR** (NEIM/UFBA). Salvador, 29 de outubro a 1 de novembro de 2001.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história**: uma introdução teórica metodológica. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

TORREÃO, N.. A liderança feminina no desenvolvimento sustentável. **Revista Ártemis**, n.7, v.7, p.101-121, 2007.

TRISTÃO, Martha. Tecendo os fios da educação ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido. **Revista: Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 251-264, maio/ago. 2005.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e de Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

*Recebido em 28 de maio de 2023.  
Aceito 17 de junho de 2023.  
Publicado em 03 de julho de 2023.*